

# DUALISMO E BIPOLARIZAÇÃO EM PAÍSES PERIFÉRICOS: ASPECTOS CENTRAIS DAS TEORIAS DE JULIUS BOEKE, JACQUES LAMBERT E MILTON SANTOS

Gabriel Carvalho da Silva Leite<sup>1</sup>

## RESUMO

Este artigo empreende uma reflexão acerca das noções de dualismo estrutural e de bipolarização enquanto importantes contribuições teóricas que influenciaram decisivamente os estudos de desenvolvimento e subdesenvolvimento em países periféricos nos anos 1950, 1960 e 1970. A partir da análise das proposições de J. H. Boeke, Jacques Lambert e Milton Santos, procura-se ressaltar os aspectos centrais das teorias dualistas e de bipolarização, cujas premissas repercutem ainda hoje nos estudos de desenvolvimento. Por fim, o artigo busca mostrar que, a despeito da importância das questões levantadas por esses teóricos, a globalização e as profundas transformações sociais a partir das últimas décadas do século XX impõem a necessidade de atualizações e revisões críticas dessas teorias, de modo a atender para novas realidades, tais como a metropolização e a maior difusão das finanças, da ciência e da tecnologia.

**Palavras-chave:** Dualismo estrutural; Bipolarização; Julius Boeke; Jacques Lambert; Milton Santos.

## DUALISM AND BIPOLARIZATION IN PERIPHERAL COUNTRIES: CENTRAL ASPECTS OF JULIUS BOEKE'S, JACQUES LAMBERT'S AND MILTON SANTOS' THEORIES

## ABSTRACT

This article engages in a reflection on the notions of structural dualism and bipolarization as important theoretical contributions that have decisively influenced the development and underdevelopment studies in peripheral countries in the 1950s, 1960s and 1970s. Through the analysis of J. H. Boeke's, Jacques Lambert's and Milton Santos' propositions, it is intended to highlight the central aspects of the dualistic and bipolarization theories, whose premises still reverberate in the development studies in the present days. Finally, the article intends to show that, despite the importance of the questions raised by these theorists, the globalization and the deep social transformations since the last decades of the 20th century impose the necessity of updates and critical reviews of these theories, in order to attend to new realities, such as the metropolization and the widest diffusion of the finances, science and technology.

**Keywords:** Structural Dualism; Bipolarization; Julius Boeke; Jacques Lambert; Milton Santos.

**JEL:** O10; O18

---

<sup>1</sup> Graduado em Bacharelado e Licenciatura em Geografia pela Universidade Federal do Pará (UFPA). Mestrando em Planejamento do Desenvolvimento pelo Núcleo de Altos Estudos Amazônicos da Universidade Federal do Pará (NAEA/UFPA). Núcleo de Altos Estudos Amazônicos da Universidade Federal do Pará (NAEA/UFPA). E-mail: gabrielcarvalholeite16@gmail.com



## 1 INTRODUÇÃO

Desde os estudos pioneiros de J. H. Boeke sobre a Indonésia, em 1953, as premissas básicas do dualismo estrutural foram introduzidas nas teorias de modernização e nas interpretações sobre desenvolvimento e subdesenvolvimento em países periféricos. Apesar das críticas direcionadas a essa noção, ela exerceu grande influência nas pesquisas das décadas de 1950, 1960 e 1970 e, ademais, seus pressupostos teóricos nunca deixaram de reverberar nos esforços interpretativos dedicados a estudar a mudança social nas sociedades periféricas.

Dada a necessidade de um escrutínio mais cuidadoso das teorias e noções influentes nos estudos de desenvolvimento, o presente artigo caminhará no sentido de empreender uma reflexão sobre a noção de dualismo estrutural e de bipolarização a partir de três autores eleitos pela importância e pela repercussão que obtiveram nas comunidades científicas. A questão-problema a que se dedica este texto, portanto, pode ser assim formulada: quais os aspectos centrais e as premissas básicas que orientam as teorias dualistas e de bipolarização na interpretação da mudança social em países periféricos?

A fim de responder a questão colocada, o artigo está estruturado em duas seções, às quais se seguem as considerações finais. A primeira seção apresenta o dualismo estrutural como uma noção influente nas teorias e nos estudos sobre modernização em países periféricos, procurando demonstrar suas premissas básicas subjacentes. Por seu turno, a segunda seção subdivide-se em três subseções, respectivamente dedicadas a elucidar aspectos centrais das teorias de J. H. Boeke, Jacques Lambert e Milton Santos.

Enquanto o primeiro dos autores supramencionados é considerado o pioneiro na formulação da noção de dualismo estrutural a partir de seus estudos na Indonésia, o segundo é responsável por uma das mais conhecidas interpretações de uma formação social periférica – o Brasil – à luz das premissas da teoria dualista. Por fim, apresenta-se também a teoria dos circuitos da economia urbana, do geógrafo brasileiro Milton Santos, como um esforço interpretativo que, apesar de tributário das discussões a respeito do dualismo estrutural, pretende ser uma alternativa a essa noção, afastando-se deliberadamente de algumas das premissas dessa vertente teórica.

Finalmente, as considerações finais apontam para a necessidade de revisitação crítica das teorias dualistas e de bipolarização, elaboradas ao longo das décadas de 1950, 1960 e 1970, à luz da globalização contemporânea e das importantes mudanças pelas quais vêm passando as formações sociais periféricas desde as últimas décadas do século XX. São sugeridos, assim, como elementos imprescindíveis à análise e atualização crítica: a) as novas dinâmicas de regionalismo, dentre as quais se destaca a metropolização; b) os novos conteúdos dos setores modernos/circuito superior e dos setores tradicionais/circuito inferior face à maior difusão das finanças, da informação, da ciência e da tecnologia; e c) a importância crescente assumida por agentes e atividades cujos moderados graus de capitalização e organização parecem sugerir, para alguns, o abandono da ideia de bipolarização em prol de uma noção de *continuum*.

## **2 O DUALISMO ESTRUTURAL COMO NOÇÃO INFLUENTE NAS TEORIAS DE MODERNIZAÇÃO NOS PAÍSES PERIFÉRICOS**

Nos esforços de Rostow (1974 [1960]), empreendidos no sentido de propor uma teoria geral do desenvolvimento econômico das sociedades na história moderna, subjaz a ideia de que o transcurso das etapas que conduzem à modernização pode engendrar situações transitórias e híbridas, nas quais o tradicional e o moderno conformam duas faces de uma mesma formação social.

Embora não tenha falado propriamente em dualismo, esse autor americano oferece claros subsídios ao pensamento supramencionado ao afirmar que, na etapa de transição em que se constituem as condições para o arranco (*take-off*), a sociedade tradicional persiste ao lado das emergentes atividades econômicas modernas e que, por conseguinte:

[...] toda essa atividade [moderna] [...] se processa em ritmo limitado dentro de uma economia e de uma sociedade ainda caracterizadas sobretudo pelos métodos tradicionais de baixa produtividade, pela estrutura social e pelos antigos valores, bem como pelas instituições políticas com bases regionais que evoluíram com aqueles (ROSTOW, 1974 [1960], p. 17).

Evidente está, portanto, no pensamento de Rostow, uma ideia-força que encontra seu fundamento nas chamadas teorias do dualismo estrutural, a saber: a premissa segundo a qual leva tempo para a transformação integral de uma sociedade tradicional de modo tal a ela poder desfrutar plenamente dos benefícios

da ciência moderna e da acumulação dos juros compostos, afastando assim os rendimentos decrescentes das atividades tradicionais que operavam com um teto de volume de produção *per capita* (ROSTOW, 1974 [1960]). A etapa das condições para o arranco deixa vislumbrar, portanto, a transição entre a sociedade tradicional e o arranco propriamente dito, estágio na qual as forças de modernização difundem-se de forma mais generalizada nas sociedades.

A mesma ideia-força aparece em publicação de Kerr et al. (1969), intitulada “*Industrialism and industrial man*”. Para esses autores, a industrialização é a grande transformação na história da humanidade, mais rápida e mais universal que qualquer outra anteriormente alcançada; não conhecendo fronteiras nacionais, a sociedade industrial está destinada a ser uma sociedade mundial (KERR et al., 1969). Após traçarem cinco tipos ideais de elites industrializantes, cada qual responsável por uma estratégia modernizadora própria, os autores apontam os constrangimentos por eles encontrados nas condições preexistentes das sociedades tradicionais:

Some elements of the pre-existing culture are more resistant than others to the penetration of industrialisation. [...] In modern times the elites encounter resistance to change, but concurrently they are assisted by strong aspirations for rapid improvement in living standards. The strategy and success of the different industrialising elites are thus affected in part by the strength and rigidity of the pre-industrial culture and in part by the revolution of the rising aspirations. But in the end the new culture of industrialism successfully penetrates and changes the old order (KERR et al., 1969, p. 6).

A modernização – neste caso reduzida ao industrialismo – aparece como destino inexorável de todas as sociedades, embora sua difusão se dê com importantes defasagens em cada nação. Os constrangimentos enfrentados pelas elites modernizantes, os quais incluem, mas não se limitam, à disponibilidade de capital, aos recursos naturais do país, ao estágio de desenvolvimento educacional, ao nível e à taxa de crescimento da população e à capacidade de empenho no comércio de exportação (KERR et al., 1969), acabam por conformar diferentes e híbridos estados de desenvolvimento.

Essas teorias e esforços interpretativos que podem ser designados, para fins de simplificação, de “teorias de modernização”, influenciaram amplamente os estudos sobre o desenvolvimento e o subdesenvolvimento em países periféricos sob pelo menos duas maneiras. Em primeiro lugar, as teorias de modernização ofereceram um quadro explicativo acerca do processo de mudança social que parte

da premissa de que o desenvolvimento da periferia reproduzirá, mais cedo ou mais tarde, as etapas que caracterizaram as transformações históricas dos países centrais.

Em segundo lugar, essas teorias já apontavam para uma espécie de coexistência dos elementos de modernidade e de tradição nas formações sociais periféricas em fase de transição. Essa premissa tácita ou explicitamente assumida fundamenta-se na própria ideia central das teorias de dualismo estrutural, as quais se voltaram para análises mais específicas das estruturas produtivas e sociais internas dos países ditos subdesenvolvidos.

Cardoso e Faletto (1970) consideram que as teorias dualistas também são tributárias das análises tipológicas que caracterizaram os estudos de desenvolvimento e mudança social nos países periféricos, em geral, e na América Latina, em particular. Essas análises formulam modelos ou tipos ideais de formações sociais, estando a sociedade tradicional em um extremo e a sociedade moderna na extremidade diametralmente oposta. As mudanças sociais são vistas, nesse esquema, como a transição de um tipo ideal para outro; no entanto, no curso desse processo de mudança social:

[...] pareceria que, antes de se constituir a sociedade moderna, forma-se um padrão intermediário, híbrido, que caracteriza as sociedades dos países “em desenvolvimento”. Quando não, formam-se situações estanques entre um setor da sociedade que se moderniza e outros que permanecem arcaicos. Invoca-se então a noção de “dualismo estrutural”. Na realidade, metodologicamente, trata-se de uma renovação da velha dicotomia “comunidade-sociedade” em sua formulação clássica em Tönnies (CARDOSO; FALETTTO, 1970, p. 17).

Como aponta a observação de Cardoso e Faletto, a existência de um padrão intermediário e híbrido resultante do fato de que um setor da sociedade se moderniza, enquanto outros permanecem arcaicos ou tradicionais, constitui a proposição elementar das teorias dualistas. Subjacente a essa afirmação, está o pressuposto – tácito ou não – de que “as pautas dos sistemas político, social e econômico dos países da Europa ocidental e dos Estados Unidos antecipam o futuro das sociedades subdesenvolvidas” (CARDOSO; FALETTTO, 1970, p. 19) e, por conseguinte, o processo de desenvolvimento não seria senão a reprodução das sucessivas etapas que caracterizaram as mudanças sociais daqueles países.

Passemos então, nos tópicos subsequentes, à análise de duas expressivas e influentes teorias dualistas e também de outra proposta teórica que, apesar de tributária do tema do dualismo estrutural, procura se apresentar como uma alternativa a essa noção consolidada.

### **3 DUALISMO E BIPOLARIZAÇÃO: VARIAÇÕES SOBRE UM MESMO TEMA**

#### **3.1 A Teoria Dualista de J. H. Boeke**

Aos estudos do holandês Julius Herman Boeke sobre o Sudeste Asiático, em especial acerca da Indonésia, antiga possessão colonial holandesa, é geralmente atribuído o pioneirismo da formulação sistemática da teoria do dualismo estrutural em formações sociais periféricas, que viria a ser o quadro conceitual de referência da sociologia do subdesenvolvimento e da modernização nos anos 1950 e 1960 (MEDEIROS, 1994). Fundamentado metodologicamente na proposta teórica de Werner Sombart, Boeke (1953) considera que um sistema socioeconômico pode ser caracterizado pelo inter-relacionamento de três aspectos elementares, a saber: a) o espírito social; b) as formas organizacionais; e c) as técnicas dominantes<sup>2</sup>.

A evolução histórica “normal” – isto é, aquela ocorrida nos países centrais – leva a uma homogeneização da sociedade após um período transicional no qual os diferentes sistemas socioeconômicos misturam-se um ao outro, resultando em apenas um sistema coeso. A sociedade homogênea existe, portanto, nos termos de Boeke (1953), quando um único sistema social prevalece em seu interior, resultando em um processo de progressão social endógeno. Tal não é o caso das sociedades dualistas, nas quais a “importação” do capitalismo ocidental penetrou brutalmente na comunidade agrária pré-capitalista, sem com isso ter conseguido extinguir este renitente sistema socioeconômico anterior. Nas sociedades dualistas, portanto, dois sistemas socioeconômicos diferentes podem existir simultaneamente:

Dualistic economics should be the economic theory of the interaction of two apparently different social systems – precapitalistic agrarian community and Western capitalism imported from abroad – within the borders of one society (BOEKE, 1954 apud ITAGAKI, 1960, p. 15).

---

<sup>2</sup> “These three aspects are interdependent and in this connection typify a society, in this way that a prevailing social spirit and the prevailing forms of organisation and of technique give the society its style, its appearance, so that in their interrelation they may be called the social system, the social style or the social atmosphere of that society” (BOEKE, 1953, p. 3).

Para Boeke (1953), a resistência tenaz oferecida pelo sistema socioeconômico anterior aos vetores transformadores e desestruturadores da modernização funciona como uma força que sustenta o atraso econômico nos países asiáticos. Itagaki (1960), em análise crítica da teoria desse autor, chega a considerá-la como uma manifestação de sua visão pessimista acerca da possibilidade de modernização econômica da sociedade asiática.

O evidente contraste entre um sistema socioeconômico pré-capitalista – no qual prevalecem necessidades e desejos limitados, a ausência da busca de lucro, a organização primitiva e os métodos tradicionais de produção – e um “importado” sistema capitalista ocidental – caracterizado por desejos e necessidades crescentes, ilimitada busca de lucro, organização racional e métodos científicos de produção – é apontado por Boeke (1953) como uma estrutura social dual no contexto da qual não há processo transicional de um sistema social para o outro.

### **3.2 Os “Dois Brasis”, de Jacques Lambert**

Publicado em 1957 pelo sociólogo e demógrafo francês Jacques Lambert, o livro “Os dois Brasis” representa o mais conhecido esforço de estudo da sociedade brasileira a partir da perspectiva de uma teoria dualista. Utilizando dados estatísticos das décadas de 1940 e 1950, a obra é um testemunho intelectual de um momento histórico particular pelo qual passava o Brasil, no contexto do qual assumia a presidência do país o mineiro Juscelino Kubitschek. Essa contemporaneidade leva, inclusive, Leão e Ogama (2017) a reconhecerem no livro uma apologética do desenvolvimento econômico que seria a marca do governo que então se iniciava.

O argumento central da obra é que a sociedade brasileira, apesar de compartilhar uma cultura e um sentimento de nacionalidade comuns, está dividida em dois sistemas de organização econômica e social, diferentes tanto nos níveis como nos métodos de vida (LAMBERT, 1973 [1957]). Esses dois sistemas não apresentam entre si uma diferença de natureza, mas de idade, pois que não evoluíram no mesmo ritmo e nem atingiram a mesma fase. São, por assim dizer, coexistentes, mas não contemporâneos.

Na proposição de Lambert (1973 [1957]), o Brasil reproduz internamente as diferenças e contrastes existentes entre países desenvolvidos e subdesenvolvidos no plano internacional. De um lado, uma sociedade arcaica, principalmente, mas não

exclusivamente rural, de hábitos e tradições coloniais arraigadas e marcada por uma estabilidade renitente. De outro, uma sociedade moderna móvel e evoluída, tributária das novas formas de agricultura, da emergência da grande indústria, do afluxo de imigrantes europeus, da concentração de capitais nacionais e internacionais e do desenvolvimento dos transportes. A primeira deita raízes nos primeiros séculos da colonização; a segunda emerge, pontual mas firmemente, a partir de finais do século XIX.

O Brasil arcaico encontra seu domínio na porção setentrional do país, nas comunidades esparsas pelo interior dos sertões nordestinos ou agrupadas na costa cujas estruturas sociais são fortemente hierarquizadas; o Brasil novo, por outro lado, nasce no Sul, nas cidades de São Paulo, Rio de Janeiro, Porto Alegre e Belo Horizonte e nas dinâmicas zonas agrícolas paulistas de estruturas sociais menos hierarquizadas, mas mais complexas.

No entanto, alerta Lambert (1973 [1957]) que os dois Brasis não são propriamente entidades geográficas, pois o Brasil arcaico resiste ainda no Sul e o Brasil novo espraia-se nos centros urbanos do Nordeste em que as novas atividades industriais impõem-se mais vigorosamente. Embora cada um dos dois Brasis tenha seu domínio próprio, eles estão presentes por toda parte e frequentemente mantêm contato:

Mantendo por toda parte estreito contato, os dois Brasis, tão diferentes, estão unidos pelo mesmo sentimento nacional e por muitos valores comuns; não constituem duas civilizações diversas, mas sim, uma em face da outra, duas épocas de uma mesma civilização: os dois Brasis são igualmente brasileiros, mas estão separados por vários séculos (LAMBERT, 1973 [1957], p. 103).

A enorme distância – menos espacial que temporal – dos dois Brasis relaciona-se, para o autor, à violenta e brusca importação da civilização industrial para um país onde os esparsos e pouco numerosos centros de povoamento, isolados entre si, ressentiam-se ainda da escassez de meios adequados de transporte e comunicação. Foi assim que a modernização que passou a caracterizar o Estado de São Paulo a partir de 1880, cada vez mais sintonizado com os movimentos da sociedade ocidental, só muito superficialmente viria a atingir o restante do Brasil após a Primeira Guerra Mundial:

Entre o velho Brasil e o novo existem séculos de distância; no correr dos anos a diferença dos ritmos de evolução ocasionou a formação de duas sociedades, diferentes porque não são contemporâneas [...] A economia dualista e a estrutura social dualista que acompanha não são novas, nem caracteristicamente brasileiras [...] No Brasil, entretanto, o contraste entre as duas sociedades é hoje particularmente acentuado, porque a evolução de uma parte do país é extraordinariamente rápida e porque a imensidão do país e as dificuldades de comunicações tornam mais lenta a difusão dos novos traços culturais (LAMBERT, 1973 [1957], p. 105).

O dualismo apontado por Lambert é, de fato, estrutural, pois a despeito da diversidade dos modos de vida – dos criadores das caatingas ressecadas do Nordeste e dos ribeirinhos dos cursos de água da Amazônia aos colonos das plantações de café de São Paulo e camponeses do tipo europeu de Santa Catarina ou do Rio Grande do Sul – todos esses sujeitos pertencem a um ou outro Brasil cujas características foram destacadas pelo autor.

A obra de Lambert foi, enfim, mais do que um diagnóstico do Brasil; pretendeu ser também um prognóstico. Para o autor, o complexo arcaico se demonstrava tão forte e tão resistente que “não era o Brasil atrasado que temia ser vencido e eliminado, mas o país novo que receava não conseguir arrastar em sua evolução o resto do país” (LAMBERT, 1973 [1957], p.108). A derrota do país novo era, no entanto, provisória, pois, principalmente após a Segunda Guerra Mundial, as forças do movimento pareciam ganhar espaço sobre as de resistência. Lambert considerava que o Brasil continuaria a ser, por longo tempo, um país desigualmente desenvolvido – aspecto reforçado pelo ritmo rápido da evolução do Sul –, embora a derrota do complexo arcaico fosse o destino inevitável de uma sociedade em processo de modernização.

### **3.3 Os dois circuitos da economia urbana, de Milton Santos**

A proposição da existência de dois circuitos da economia urbana nos países subdesenvolvidos constitui um esforço do geógrafo brasileiro Milton Santos em oferecer uma alternativa às teorias dualistas. Apresentada inicialmente em “*Les Villes du Tiers Monde*” (1971) e, de maneira mais abrangente e sistematizada, em “*L’espace partagé*”<sup>3</sup> (1975), a teoria propôs que “a cidade dos países subdesenvolvidos não funciona como um aparelho maciço ou, dito de outro modo, como um bloco” (SANTOS, 2008 [1979], p.38). Reconheceu, assim, a segmentação

---

<sup>3</sup> No Brasil, o livro foi publicado pela primeira vez no ano de 1979, com o título “O espaço dividido: os dois circuitos da economia urbana dos países subdesenvolvidos”, aqui referenciado como Santos (2008 [1979]).

do sistema urbano em dois subsistemas, resultado do impacto desigual das modernizações tecnológicas<sup>4</sup> e das exacerbadas desigualdades de renda que caracterizam os países subdesenvolvidos.

Para Milton Santos, o período inaugurado posteriormente à Segunda Guerra Mundial (1939 – 1945) foi caracterizado pela difusão das modernizações elaboradas nos centros do sistema mundial para os espaços periféricos, por isso mesmo qualificados como “derivados”. A consagração da informação e do consumo como variáveis-chave do novo período – responsável por deformar a estrutura da demanda e impor as novas modalidades de consumo – e a difusão seletiva das modernizações tecnológicas de alto coeficiente de capital para os espaços periféricos constituem os elementos históricos mobilizados pelo autor para compreender a formação de dois circuitos da economia urbana nos países subdesenvolvidos (SANTOS, 2008 [1979]).

As modernizações tecnológicas engendradas especialmente nos países centrais e difundidas seletivamente nos países periféricos são responsáveis pela produção de um campo e de uma cidade modernizados, intensivos em capital e pouco exigentes de trabalho. Extremamente seletivas social e territorialmente, tais modernizações resultam em uma produção e em um consumo específicos, o primeiro engendrando um setor econômico moderno e o segundo respondendo pelas demandas – frequentemente induzidas – de estratos populacionais de maior renda.

Com uma agricultura modernizada que acaba por liberar amplos contingentes de força de trabalho e estimular o êxodo rural, paralelamente a um processo de industrialização indiferente à necessidade real de geração de empregos, conhece-se uma deterioração do mercado de trabalho urbano, com geração de amplas massas de desempregados, subempregados e pessoas sem rendas permanentes. Excluídos tanto da produção modernizada quanto das modernas modalidades de consumo, este amplo contingente aglomerado nas cidades – a pobreza urbana de que fala

---

<sup>4</sup> Milton Santos define as modernizações tecnológicas como generalizações de inovações vindas de períodos anteriores. Diz o autor que “em cada período, as regiões polarizadoras ou centros de dispersão do poder estruturante dispõem de energias potenciais diferenciais e de diferentes capacidades de transformá-las em movimento. A cada modernização, o sistema tende a desdobrar sua nova energia para os subsistemas subordinados. Isso representa uma pressão para que, nos subsistemas atingidos, haja também modernização” (SANTOS, 2008 [1979], p. 31).

Santos (2014 [1996]) – é a condição *sine qua non* para a segmentação da economia urbana:

A presença de uma massa populacional com salários muito baixos, dependendo de trabalho ocasional para viver, ao lado de uma minoria com altos salários, cria na sociedade urbana uma distinção entre os que têm permanente acesso aos bens e serviços ofertados e os que, mesmo apresentando necessidades similares, não podem satisfazê-las. Isto cria ao mesmo tempo diferenças qualitativas e quantitativas de consumo. *Estas diferenças são, ambas, causa e efeito da existência, isto é, da criação ou manutenção, nestas cidades, de dois sistemas de fluxo que afetam a fabricação, a distribuição e o consumo de bens e serviços* (SANTOS, 2014 [2005], p. 95, grifo nosso).

É precisamente por possuírem sua gênese associada ao mesmo conjunto de processos – as modernizações tecnológicas e seus desdobramentos – que os circuitos superior (“puro” e marginal) e inferior, originados da segmentação da economia urbana, não podem ser tratados em termos de dualismo, mas sim como constituindo uma bipolarização interdependente (SANTOS, 2008 [1979]).

Ao falar em bipolarização em vez de dualismo, Milton Santos espera evitar aqueles que considera como os equívocos mais comuns nas teorias dualistas. Em primeiro lugar, o autor assevera ser problemática a ideia recorrente do “tradicional” como algo imutável, já que os efeitos da modernização nunca são parciais e, como tal, induzem modificações totais dos modelos de consumo, do aparelho de produção e, de um modo mais geral, de todo o subsistema local:

Quanto ao circuito inferior, parece difícil chamá-lo tradicional, não somente porque é um produto da modernização, mas também porque está em processo de transformação e adaptação permanente e ainda porque, em todas as cidades, uma parte de seu abastecimento vem, direta ou indiretamente, dos setores ditos modernos da economia (SANTOS, 2008 [1979], p. 39).

Em segundo lugar, Santos (2008 [1979]) considera que a ideia de um conflito entre o tradicional e o moderno, ainda que pudesse ser válida em períodos históricos anteriores, não se justifica no período por ele chamado de tecnológico, quando a difusão das inovações torna-se, enfim, geral e fácil.

Por fim, uma terceira crítica do autor às teorias dualistas diz respeito ao estudo bastante parcial das sociedades econômicas, concentrando seus esforços quase que exclusivamente na produção. A recorrente menção, por parte dessas teorias, a um setor capitalista em oposição ao setor tradicional de produção opõe formas de produção de idades tecnológicas diferentes, sem levar em conta que, ao

lado dos aspectos de produção, é necessário analisar os da distribuição, os do consumo e também os do emprego. Baseado nessas considerações, Milton Santos rejeita explicitamente a noção de dualismo estrutural:

Da mesma maneira que no conjunto de um país, a oposição e mesmo o antagonismo das situações de desenvolvimento são fruto de um mesmo encadeamento de causas; a existência de dois circuitos na economia das cidades é resultado de um mesmo grupo de fatores que, com a preocupação de simplificar, chamamos de *modernização tecnológica*. Assim, não há dualismo: os dois circuitos têm a mesma origem, o mesmo conjunto de causas e são interligados (SANTOS, 2008 [1979], p. 65).

Diferenciados quanto a uma série de características próprias a cada um, explicitadas no Quadro 01, os dois circuitos da economia urbana permitem compreender as cidades dos países subdesenvolvidos como espaços nos quais coexistem atividades e formas de consumo extremamente desiguais entre si.

**Quadro 1 – Características dos dois circuitos da economia urbana dos países subdesenvolvidos**

<b>Características</b>	<b>Circuito superior</b>	<b>Circuito inferior</b>
Tecnologia	Capital intensivo	Trabalho intensivo
Organização	Burocrática	Primitiva
Capitais	Importantes	Reduzidos
Emprego	Reduzido	Volumoso
Assalariado	Dominante	Não obrigatório
Estoques	Grande quantidade e/ou alta qualidade	Pequena quantidade e qualidade inferior
Preços	Fixos (em geral)	Submetidos à discussão entre comprador e vendedor ( <i>haggling</i> )
Crédito	Bancário institucional	Pessoal não-institucional
Margem de lucro	Reduzida por unidade, mas importante pelo volume de negócios	Elevada por unidade, mas pequena em relação ao volume de negócios
Relações com a clientela	Impessoais e/ou com papéis	Diretas, personalizadas
Custos fixos	Importantes	Desprezíveis
Publicidade	Necessária	Nula
Reutilização dos bens	Nula	Frequente
<i>Overhead capital</i>	Indispensável	Dispensável
Ajuda governamental	Importante	Nula ou quase nula
Dependência direta do exterior	Grande, atividade voltada para o exterior	Reduzida ou nula

Fonte: Santos (2008 [1979], p. 44).

Segundo Santos (2008 [1979]), cada circuito é definido tanto pelo conjunto de atividades realizadas em certo contexto quanto pelo setor da população que a ele se liga pela atividade ou pelo consumo. O circuito superior é resultado direto da

modernização tecnológica e dele fazem parte tanto as atividades diretamente tributárias de tais modernizações quanto as pessoas que delas se beneficiam. Embora também resultado do mesmo processo de modernização – daí a inadequação da denominação de “circuito tradicional” –, o circuito inferior é um produto indireto, como que um subproduto não-planejado e frequentemente indesejado da mesma. São as atividades que não se beneficiam, total ou parcialmente, dos progressos técnicos recentes, as responsáveis por animar o circuito inferior, verdadeiro abrigo para amplas parcelas da população excluídas das formas de consumo modernas.

Enquanto as atividades do circuito superior tendem a incrementar a composição orgânica<sup>5</sup> de seus respectivos capitais, liberando uma força de trabalho desprovida dos meios de produção que constituem a condição de sua objetivação, o circuito inferior – no qual o “capital” variável é muito mais relevante que o “capital” constante – abriga essa imensa massa urbana empobrecida mediante uma extrema divisão do trabalho, um elevado fracionamento das atividades e uma pulverização das pequenas empresas que lhe garantem a condição de um circuito autoinflacionário (SANTOS, 2008 [1979]).

#### **4 CONSIDERAÇÕES FINAIS**

O artigo se propôs a explorar alguns dos aspectos e das problemáticas centrais delineadas pelas teorias dualistas e de bipolarização a partir das obras de três autores, cada qual inserido em diferentes campos disciplinares, que ofereceram importantes contribuições à construção das noções de dualismo estrutural e de bipolarização em países periféricos. Ressalta-se que, a despeito das pertinentes críticas direcionadas a essas interpretações teóricas, não é recomendável ignorá-las, dado que apontaram e ainda apontam para algumas especificidades das formações sociais dependentes da periferia do capitalismo mundial.

É necessário reconhecer que as teorias analisadas no âmbito do presente artigo foram elaboradas nas décadas de 1950, 1960 e 1970; anteriormente, portanto, à consolidação da globalização e das novas realidades que a acompanham. Daí a

---

<sup>5</sup> A composição orgânica do capital (coc) é dada pela razão entre capital constante (k) e capital variável (v) e expressa, portanto, a proporção com que o capital investe em meios de produção (trabalho morto) e em força de trabalho (trabalho vivo). O aumento da composição orgânica do capital corresponde, assim, ao incremento das forças produtivas via modernização tecnológica (MARX, 2013 [1867]).

necessidade de revisitá-las criticamente à luz das profundas transformações pelas quais vem passando a totalidade do sistema mundial desde as últimas décadas do século XX – e também à luz das novas contribuições teóricas emergentes nesse período.

Embora esse esforço de atualização crítica das teorias dualistas e de bipolarização esteja muito além do escopo deste artigo, procurar-se-á, à guisa de conclusão, apontar alguns elementos importantes nesse exercício. Em primeiro lugar, é necessário levar em conta as novas dinâmicas de regionalismo concernentes às feições espaço-temporais da globalização. Dentre as novas estratégias de redimensionamento, que vão da escala microrregional à supranacional, incluem-se os distritos industriais, a metropolização multicêntrica ou polinucleada, as regiões transfronteiriças e as redes de cidades globais (JESSOP, 2013).

Particularmente no que concerne à metropolização, enquanto dinâmica de regionalismo constitutiva da globalização, a análise deve evitar reduzi-la a apenas um grau superlativo de urbanização; como propõe Silveira (2017), esse processo é, sobretudo, caracterizado por uma extrema divisão social e territorial do trabalho atravessada por formas complexas de cooperação e conflito entre agentes de graus muito diversos de capital, tecnologia e organização. A metrópole é, assim, um vasto meio construído que abriga agentes com rendas e formas de consumo e produção muito diversificadas entre si. Essa renovada complexidade funcional que caracteriza as metrópoles engendra renovados nexos entre os “sistemas socioeconômicos” ou os “circuitos da economia urbana” que passam a compartilhar, mais do que antes, da contiguidade territorial de uma mancha urbana estendida.

A globalização também marca a presença da ciência, da tecnologia, da informação e das finanças como importantes variáveis nas formações sociais periféricas (MONTENEGRO, 2014); altera-se, sob o influxo dessas mudanças, a própria constituição dos “sistemas socioeconômicos” e/ou dos “circuitos da economia urbana”. Ao circuito superior ou ao sistema socioeconômico moderno, por exemplo, além das grandes indústrias e dos bancos, crescem-se as empresas de consultoria, de informação, a produção e os serviços de alta tecnologia, o lazer e o entretenimento, os fundos de investimento e de pensão, as firmas globais e multissetoriais e, outrossim, aumenta a importância dos bancos e dos instrumentos

financeiros que garantem a liquidez das economias urbanas e nacionais (SILVEIRA, 2017).

O circuito inferior, por sua vez, é cada vez menos passível de ser considerado como um sistema socioeconômico tradicional, nos moldes das teorias dualistas clássicas, na medida em que incorpora novos atributos que alteram a caracterização feita por Milton Santos na década de 1970. A publicidade, naquela ocasião considerada como nula nesse circuito, atualmente é já existente, seja por meios precários (boca a boca, *folders*, *banners*, rádios e jornais comunitários) ou por propaganda indireta, isto é, aquela que atinge uma parcela da demanda que não tem condições de ser abastecida no circuito superior. O crédito, antes caracterizado somente pela sua forma pessoal não-institucional (o “fiado” ou “*haggling*”), é atualmente muito mais amplamente difundido sob modalidades diversas – do crédito popular e do microcrédito ao crédito consignado – e sob arranjos organizacionais também distintos – das agências aos correspondentes bancários –, fatores que indicam um esforço de desburocratização creditícia por bancos e instituições financeiras (SILVEIRA, 2017).

Adicionalmente, é preciso mencionar as críticas que, face à presença marcante de pequenas e médias empresas atuantes nas metrópoles e nas cidades médias dos países periféricos, buscam negar a existência de um simples dualismo ou mesmo de uma bipolarização econômica. De fato, são diversas as situações – da fabricação de medicamentos (BICUDO JR., 2006) à produção de autopeças (DONATO LABORDE, 2016) – nas quais empresas de menor porte e com menor grau de capitalização exercem importantes papéis nas economias regionais e nacionais. Implicaria isso em uma refutação da noção de dualismo estrutural e, principalmente, da proposição de existência de dois circuitos da economia em prol do reconhecimento de uma espécie de *continuum* da produção?

Para Silveira (2017), a atual divisão territorial do trabalho é de tal forma complexa e diversificada que se amplifica o número de agentes e de ocupações que pode nela inserir-se com diferentes níveis de subordinação e dependência. Daí a autora falar, com base nas proposições de Milton Santos, em um circuito superior marginal, isto é, em uma porção marginal do circuito superior, como conceito que abrange tanto formas residuais – resultado da sobrevivência de formas menos modernas de organização – quanto emergentes – respostas a demandas incapazes

de suscitar atividades totalmente modernas. Conclui, assim, essa autora pela validade da ideia da bipolarização em lugar da ideia de *continuum*, dado que essa última sugere uma suposta facilidade das pequenas firmas em atingir portes superiores e também sugere que os mesmos bens são fabricados por firmas de diferentes portes e características, ignorando as limitações de ordem tecnológica e de capitalização.

Os apontamentos supracitados são apenas alguns dos elementos que precisam ser incorporados aos estudos e às pesquisas atualmente tributários, em maior ou menor grau, das teorias dualistas e de bipolarização. A globalização como nova realidade histórica deve ser considerada por todos os campos disciplinares e interdisciplinares, inclusive os estudos de desenvolvimento, os quais devem estar atentos à obsolescência de certos conceitos e noções e à emergência de novos quadros de referência. Destarte, este artigo intentou ser uma breve contribuição à reflexão sobre uma das vertentes teóricas historicamente mais influentes nos estudos de desenvolvimento em países periféricos, dada a necessidade de revisitação, atualização e, sempre que necessário, proposição crítica.

## REFERÊNCIAS

BICUDO JR., E. C. **O circuito superior marginal**: produção de medicamentos e o território brasileiro. 2006. 286f. Dissertação (Mestrado em Geografia Humana) – Departamento de Geografia, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2006.

BOEKE, J. H. **Economics and economic policy of dual societies, as exemplified by Indonesia**. New York: International Secretariat, Institute of Pacific Relations, 1953.

CARDOSO, F. H.; FALETTO, E. Análise integrada do desenvolvimento. In: \_\_\_\_\_. **Dependência e desenvolvimento na América Latina**: ensaio de interpretação sociológica. Rio de Janeiro: Zahar, 1970. p. 16-38.

DONATO LABORDE, M. Los circuitos de la economía urbana vinculados a las empresas automotrices en Argentina. In: SILVEIRA, M. L. (Org.). **Circuitos de la economía urbana**: ensayos sobre Buenos Aires y São Paulo. Buenos Aires: Café de las Ciudades, 2016. p. 131-151.

ITAGAKI, Y. Some notes on the controversy concerning Boeke's "dualistic theory": implications for the theory of economic development in underdeveloped countries. **Hitotsubashi Journal of Economics**, Tokyo, v. 1, n. 1, p. 13-28, out. 1960.

JESSOP, B. Dynamics of regionalism and globalism: a critical political economy perspective. **Ritsumeikan Social Science Review**, Kyoto, v. 5, p. 3-24, 2013.

KERR, C.; HARBISON, F.; DUNLOP, J.; MYERS, C. **Industrialism and industrial man**. Cambridge: Harvard University Press, 1969. 15 p.

LAMBERT, J. **Os dois Brasis**. São Paulo: Brasiliense, 1973 [1957]. 277 p.

LEÃO, I. Z. C. C.; OGAMA, D. F. O. Relendo “Os dois Brasis”, de Jacques Lambert: o desenvolvimento econômico e sua apologia. **Revista Paranaense de Desenvolvimento**, Curitiba, v. 38, n. 133, p. 245-258, jul./dez. 2017.

MARX, K. **O capital**: crítica da economia política: livro I: o processo de produção do capital. São Paulo: Boitempo, 2013 [1867]. 894 p.

MEDEIROS, F. A teoria do dualismo revisitada nos países de industrialização sem modernização. **Análise social**, Lisboa, v. 29, p. 81-119, 1994.

MONTENEGRO, M. **Globalização, trabalho e pobreza nas metrópoles brasileiras**. São Paulo: Annablume, 2014. 282 p.

ROSTOW, W. W. As cinco etapas do desenvolvimento – um sumário. In: \_\_\_\_\_. **Etapas do desenvolvimento econômico (um manifesto não-comunista)**. Rio de Janeiro: Zahar, 1974 [1960]. p. 16-30.

SANTOS, M. **O espaço dividido**: os dois circuitos da economia urbana dos países subdesenvolvidos. 2. ed. 1. reimpr. São Paulo: EDUSP, 2008 [1979]. 440 p. (Coleção Milton Santos, 4).

\_\_\_\_\_. **Da totalidade ao lugar**. 1. ed. 3. reimpr. São Paulo: EDUSP, 2014 [2005]. 176 p. (Coleção Milton Santos, 7).

SILVEIRA, M. L. Metropolização, território e circuito superior marginal. In: FERREIRA, A.; RUA, J.; MATTOS, R. C. **O espaço e a metropolização**: cotidiano e ação. 1 ed. Rio de Janeiro: Consequência, 2017. p. 333-353.